

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	11
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	13
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	14
10.5 - Políticas contábeis críticas	17
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	23
10.8 - Plano de Negócios	24
10.9 - Outros fatores com influência relevante	25

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

Os principais riscos de mercado que a Companhia está exposta referem-se a riscos cambiais e taxas de juros e estão detalhados no item 5.2 deste formulário.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

a) Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

b) Risco de Crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se, as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Contas a receber de clientes	581	1.270

c) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Hercules sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Hercules mantém acompanhamento permanente do mercado.

d) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Hercules honrar suas dívidas. A Hercules procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Não houve alterações nos principais riscos de mercado que a Companhia considere significativas naqueles já descritos no item 5.2 nesta seção.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

Não há outras informações que a Companhia considere relevante em relação ao item riscos de mercado, além daqueles já descritos nesta seção.

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

### **10.1 - CONDIÇÕES FINANCEIRAS GERAIS**

#### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

Em 2014, a Companhia encerrou o exercício com uma receita bruta de R\$3.668, e EBITDA de R\$ 906.

Frente ao cenário econômico a administração da Companhia se mantém otimista e segue no compromisso de fortalecer seus negócios.

No ano de 2014, o mercado interno passou por grandes dificuldades, e o grande desafio para a Companhia foi o de manter o faturamento gerado em 2013.

Mesmo diante do atual cenário, a Companhia se fez presente pelo quarto ano consecutivo em 2014, na feira Gift Fair, feira de produtos de cozinha, decoração e presentes, que confirmou o sucesso das edições anteriores de 2011, 2012 e 2013. Tais eventos fortalecem ainda mais a marca Hercules, que sempre se caracterizou pela qualidade de seus produtos, possibilitando a ampliação do mix e maior participação nos canais de varejo e de distribuição. Novas categorias foram apresentadas na feira, com destacado sucesso nas vendas e aceitação dos revendedores.

O retorno da marca Hercules ao varejo vem sendo prestigiado por um número cada vez maior de distribuidores e varejistas. A extensa linha de produtos desenvolvidos com as marcas Hercules, Vetro (copos vidros e cristais), Hercules Porzellan (Louças e travessas), Hercules Dekò (objetos de decoração) e Hercules (Talheres e utensílios de cozinha) e apresentados na Gift Fair desde a edição de março de 2011, vem tendo uma aceitação cada vez maior, comprovando o acerto do novo posicionamento da marca.

#### **Exercício 2013**

Nos últimos anos a Administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Hercules S.A. O crescimento do faturamento de produtos licenciados no exercício de 2013, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 28%, quando comparado a mesmo exercício de 2012.

Com a comprovação da credibilidade na marca Hercules e a elasticidade da mesma, tendo em vista um trabalho diferenciado em relação ao que o mercado vinha atuando, proporcionam aumentar ainda mais o mix de produtos para alcançar a meta anual de faturamento da Companhia, o crescimento da marca está ligado a lançamento em diversos segmentos de produtos.

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties sobre um percentual auferido pelas vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas, a receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

Em 2013, a Companhia encerrou o exercício com uma receita bruta de R\$3.512.e EBITDA de R\$ 3.067

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Exercício 2012.

Em 2012, a Companhia apresentou uma receita bruta total de R\$ 3.903 mil, ante aos R\$ 3.104 mil de 2011, aumento de 25,74%. A administração da Companhia superou importantes desafios para a normal continuidade operacional da Companhia, a manutenção de ações apresentadas em seu Planejamento Estratégico, cujos pontos básicos eram incrementar os negócios por agregação de valor aos produtos, lançamento de novos produtos licenciados e ingresso em novos canais de venda.

- b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i. hipótese de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

<b>CAPITAL TOTAL</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>R\$ mil</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>R\$ mil</b>
Capital de terceiros	340.761	420.097	386.795
Capital Próprio	22.809	22.809	22.809

Não há possibilidade de a Companhia propor o resgate de suas ações.

- c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.**

A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

- d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes Utilizadas.**

A Companhia não mantém financiamentos ou empréstimos com instituições financeiras.

- e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

A Companhia não mantém financiamentos ou empréstimos com instituições financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes; ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii. Grau de subordinação entre as dívidas; iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de débitos mantidos junto a Mundial S.A – Produtos de Consumo, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente totalmente aprovado pela Mundial S.A em AGE na mesma data.

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá qualquer correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do período social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (ii) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

A Companhia oferece como garantia de penhor os registros da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas, o valor da marca é testado anualmente sendo apurado valor suficiente para honrar os compromissos assumidos.

**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A Companhia não mantém financiamentos com instituições financeiras.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Hercules S.A - Fábrica de Talheres****Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013****(Em milhares de Reais)**

	<u>31/12/14</u>	<u>Análise Vertical 2.014</u>	<u>31/12/13</u>	<u>Análise Vertical 2.013</u>	<u>Análise Horizontal 2014 x 2013</u>
<b>Ativo circulante</b>					
Clientes	581	8,62%	1.270	21,27%	-54,3%
Outras contas a receber	<u>16</u>	<u>0,24%</u>	<u>17</u>	<u>0,28%</u>	<u>-5,2%</u>
<b>Total ativo circulante</b>	<b>597</b>	<b>8,85%</b>	<b>1.287</b>	<b>21,56%</b>	<b>-53,7%</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Depósitos judiciais	281	4,17%	234	3,92%	20,1%
Outras contas a receber	4.383	65,04%	81	1,36%	5311,1%
Créditos em controladas	301	4,47%	261	4,37%	15,3%
Participação em coligada	789	11,71%	3.828	64,12%	-79,4%
Outros investimentos	281	4,17%	180	3,02%	56,1%
Intangível	<u>107</u>	<u>1,59%</u>	<u>99</u>	<u>1,66%</u>	<u>8,1%</u>
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>6.142</b>	<b>91,15%</b>	<b>4.683</b>	<b>78,44%</b>	<b>31,2%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b><u>6.739</u></b>	<b>100,00%</b>	<b><u>5.970</u></b>	<b>100,00%</b>	<b>12,9%</b>
	<u>31/12/14</u>	<u>Análise Vertical 2.014</u>	<u>31/12/13</u>	<u>Análise Vertical 2.013</u>	<u>Análise Horizontal 2014 x 2013</u>
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	100	1,48%	64	1,07%	56,3%
Impostos e contribuições sociais	5.361	79,55%	4.902	82,11%	9,36%
Debêntures	960	14,25%	960	16,08%	0,00%
Outras contas a pagar	<u>2.080</u>	<u>30,87%</u>	<u>-</u>	<u>0,00%</u>	
<b>Total passivo circulante</b>	<b>8.501</b>	<b>126,15%</b>	<b>5.926</b>	<b>99,26%</b>	<b>43,45%</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Impostos e contribuições sociais	24.971	370,54%	23.158	387,91%	7,83%
Partes relacionadas	2.966	44,01%	2.966	49,68%	0,00%
Debêntures	303.678	4506,28%	388.047	6499,95%	-21,74%
Provisão para contingências	66	0,98%	-	0,00%	0,00%
Outras contas a pagar	<u>579</u>	<u>8,59%</u>	<u>-</u>	<u>0,00%</u>	<u>0,00%</u>
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>332.260</b>	<b>4930,41%</b>	<b>414.171</b>	<b>6937,54%</b>	<b>-19,78%</b>
<b>Passivo a descoberto</b>					
Capital social	22.809	338,46%	22.809	382,06%	0,00%
Reservas de reavaliação	4.355	64,62%	4.462	74,74%	-2,40%
Ajuste acumulado de conversão	(98)	-1,45%	(86)	-1,44%	13,95%
Prejuízos acumulados	<u>(361.088)</u>	<u>-5358,18%</u>	<u>(441.312)</u>	<u>-7392,16%</u>	<u>-18,18%</u>
<b>Total do passivo a descoberto</b>	<b><u>(334.022)</u></b>	<b>-4956,55%</b>	<b><u>(414.127)</u></b>	<b>-6936,80%</b>	<b>-19,34%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b><u>6.739</u></b>	<b>100,00%</b>	<b><u>5.970</u></b>	<b>100,00%</b>	<b>12,88%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Análise do Balanço Patrimonial (2014 – 2013)***(Em milhares de reais)***Clientes**

A redução saldo de Clientes em relação ao ano de 2013 foi em função da redução do prazo médio de recebimento.

**Outras contas a receber Ativo não circulante**

Em dezembro de 2014 a Hercules S.A registrou o montante de R\$ 4.300, a título de aquisição de Direitos Creditório, em contra partida a esse direito a Companhia registrou no passivo o montante a pagar de R\$ e R\$1.225.

**Participação em coligada**

A companhia participa em 10,47% no capital da Mundial S.A, em 2014 em função da redução do resultado desta investida, a participação apresentou uma redução no valor quando comparado ao ano anterior.

**Outras contas a pagar Passivo circulante**

Em dezembro de 2014 a Hercules S.A registrou o montante de R\$ 4.300, a título de aquisição de Direitos Creditório, em contra partida a esse direito a Companhia registrou no passivo o montante a pagar de e R\$1.225.

**Debêntures Passivo não circulante**

Em novembro de 2014 com o evento do REFIS da copa a Companhia cedeu prejuízo fiscal e base negativa para a Mundial S.A no valor R\$ 84.396 permitindo assim a amortização parte das debentures detidas pela Mundial S.A.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Demonstrações de Resultados**

Períodos findos em 31 de dezembro de

*(Em milhares de Reais)*

	Análise Vertical			Análise Vertical		Análise Horizontal
	31/12/14	2.014	31/12/13	2.013	2014 x 2013	
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.668</b>	100,00%	<b>3.512</b>	100,00%	4,44%	
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.668</b>	100,00%	<b>3.512</b>	100,00%	4,44%	
<b>Despesas operacionais</b>						
Gerais e administrativas	(2.891)	-78,82%	(298)	-8,49%	870,13%	
Outras receitas e despesas operacion	129	3,52%	(147)	-4,19%	-187,76%	
	<b>(2.762)</b>	-75,30%	<b>(445)</b>	-12,67%	520,67%	
<b>Resultado operacional antes do resultado da participação societária e do resultado financeiro</b>	<b>906</b>	24,70%	<b>3.067</b>	87,33%	-70,46%	
<b>Resultado de participações societárias</b>						
Equivalência patrimonial	(3.027)	-82,52%	482	13,72%	-728,01%	
<b>Resultado financeiro</b>						
Despesas financeiras - capital de giro	(18)	-0,49%	(22)	-0,63%	-18,18%	
Outras receitas financeiras	107.239	2923,64%	-	0,00%		
Outras despesas financeiras	(24.983)	-681,11%	(42.271)	-1203,62%	-40,90%	
	<b>82.238</b>	2242,04%	<b>(42.293)</b>	-1204,24%	-294,45%	
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>80.117</b>	2184,21%	<b>(38.744)</b>	-1103,19%	-306,79%	
Imposto de renda e contribuição socia	-		4.878	138,90%	-100,00%	
<b>(Lucro) prejuízo do exercício</b>	<b>80.117</b>	2184,21%	<b>(33.866)</b>	-964,29%	-336,57%	
<b>Lucro (Prejuízo) por ação - em R\$</b>	<b>5,2364</b>		<b>(2,2135)</b>			

**Análise das Demonstrações de Resultado (2014 – 2013)***(Em milhares de reais)***Resultado financeiro**

A variação apresentada no resultado financeiro se deu em função dos registros decorrentes da contabilização do parcelamento Lei 12.996/2014 e ativação de prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anterior conforme permitido na Lei.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:****a) Resultados das operações do emissor, em especial: i. Descrição de quaisquer componentes da receita; ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

No ano de 2014, o mercado interno passou por grandes dificuldades, e o grande desafio para a Companhia foi o de manter o faturamento gerado em 2013. No exercício de 2014, a receita bruta de serviços foi de R\$ 4.213, comparado ao período de 2013 que foi de R\$ 2.045, o que representa um pequeno aumento no desempenho da Companhia.

Mesmo diante do atual cenário, a Companhia se fez presente pelo quarto ano consecutivo em 2014, na feira Gift Fair, feira de produtos de cozinha, decoração e presentes, que confirmou o sucesso das edições anteriores de 2011, 2012 e 2013. Tais eventos fortalecem ainda mais a marca Hercules, que sempre se caracterizou pela qualidade de seus produtos, possibilitando a ampliação do mix e maior participação nos canais de varejo e de distribuição. Novas categorias foram apresentadas na feira, com destacado sucesso nas vendas e aceitação dos revendedores.

**Exercício 2013**

A administração da Companhia mantém as perspectivas cuidadosamente otimistas, podendo levar a Companhia a repetir o bom resultado operacional, como observado no terceiro trimestre de 2013, caso o mercado doméstico não apresente mais nenhuma surpresa negativa.

A participação da Companhia na feira Gift Fair, feira de produtos de cozinha, decoração e presentes de março 2014, confirmou as projeções estabelecidas nas edições de 2011, 2012 e 2013, que credenciava a marca para alavancar ainda mais a categoria de produtos ofertados, buscando ampliação do mix e maior participação no canal varejo e distribuição, algumas novas categorias foram apresentadas e com sucesso nas vendas e aceitação dos revendedores.

A aceitação dos produtos com as marcas destacadas acima fica evidenciada quando observamos o crescimento do faturamento base para cálculo dos royalties por licenciamento, que no exercício de 2013 foi de 28% superior quando comparado ao exercício de 2012.

**Exercício 2012**

Ao longo dos últimos anos a administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Hercules S.A. O crescimento do faturamento de produtos licenciados em 2012, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 24,8 %, quando

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

comparado a 2011. O retorno da marca Hercules ao varejo vem sendo prestigiado por um número cada vez maior de distribuidores e varejistas.

A receita operacional líquida da Companhia cresceu 25,74% em 2012 quando comparada a 2011. Tal fato deu-se pelo lançamento de novas linhas de produtos apresentadas em nossa participação na feira Gift Fair, Março 2012, onde novos clientes foram conquistados e negócios foram fechados.

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Não houve variações das receitas nos últimos três exercícios.

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Não houve variações das receitas nos últimos três exercícios.

## **10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

### **a) Introdução ou alienação de segmento Operacional;**

Não se aplica a Companhia.

### **b) Constituição, aquisição ou alienação de participações societária**

Não houve aquisição ou alienação de participação societária.

### **c) Eventos ou operações não usuais:**

Não se houve.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

#### **b) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

Pronunciamentos, interpretações ou atualizações emitidos pelo IASB com aplicação após 1º de janeiro de 2014:

**Sale or Contribution of Assets between an Investor and its Associate or Joint Venture** – Em setembro de 2014, o IASB emitiu pequenas alterações nas IFRS 10 Consolidated Financial Statements e IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures (2011). As alterações referem-se a uma inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e a IAS 28 (2011), referente à venda ou a entrada de bens entre um investidor e sua coligada ou joint venture. A principal consequência das alterações é que um ganho ou perda total é reconhecido quando a transação envolve um negócio (se ele estiver alocado em uma filial ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando a transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016, este pronunciamento não produzirá efeito relevante nestas demonstrações financeiras.

**Equity Method in Separate Financial Statements** – Em agosto de 2014 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 27, que permite uma entidade a utilizar o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e coligadas em suas demonstrações contábeis separadas. O IASB esclarece que as alterações vão ajudar a algumas jurisdições a registrar em IFRS suas demonstrações contábeis individuais, reduzindo os custos de conformidade sem reduzir a informação disponível aos investidores. A adoção será requerida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação retroativa. Este pronunciamento não produzirá efeito relevante nestas demonstrações financeiras.

**Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations** – Em maio de 2014 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IFRS 11 - Joint Arrangements, que trata de alterações sobre como contabilizar a aquisição de uma participação em uma operação conjunta que constitui um negócio. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e não produziu efeito relevante nestas demonstrações financeiras.

**Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization** – Em maio de 2014 o IASB emitiu atualizações aos pronunciamentos IAS 16 – Property, Plant and Equipment e IAS 38 – Intangible Assets, estabelecendo como métodos aceitáveis de depreciação e amortização de ativos o padrão esperado de consumo dos futuros benefícios econômicos de um ativo. O IASB esclarece que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo e também para medir o consumo dos benefícios econômicos incorporados a um ativo intangível, não são apropriados. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e não produziu efeito relevante nestas demonstrações contábeis. A Companhia está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização em suas demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers - Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes (exceto para os contratos que estão dentro do âmbito das normas de contrato de lease, contratos de seguros e instrumentos financeiros), e substitui os atuais pronunciamentos IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas ao reconhecimento de receitas. O princípio fundamental desse princípio para o reconhecimento de receita é o de descrever a transferência a clientes, dos bens ou dos serviços em valores que reflitam o pagamento ao qual se tem o direito na troca desses bens ou serviços. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2017 e não produzirá efeito relevante nestas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial instruments - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9 – Financial instruments, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Hercules está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações financeiras.

**b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve alterações significativas de práticas contábeis para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2014.

**c) Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor****Base para opinião com ressalva**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha saldos contábeis relativos às suas obrigações fiscais e sociais de impostos que apresentavam divergências em relação aos valores apresentados pelos órgãos fiscais. A Companhia estava em processo de revisão dos saldos tributários divergentes com as posições dos órgãos fiscais e outras apurações dos valores devidos, que envolviam um volume significativo de processos, informações de terceiros e estudos da legislação para a apuração dos saldos finais, e estas não foram finalizadas até a conclusão da nossa auditoria de 31 de dezembro de 2013 e nos levou a incluir uma ressalva na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do referido exercício.

Em decorrência do comentado na nota explicativa 9, com a adesão ao parcelamento federal instituído pela Lei 12.996/14 e a reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09, nos termos da Medida Provisória 651/14 (convertida na Lei 13.043/14), os saldos patrimoniais relativos às obrigações fiscais e sociais de impostos a pagar foram ajustados em 31 de dezembro de 2014. Contudo, não nos foi possível concluir sobre os possíveis impactos, se houver, sobre os saldos de obrigações fiscais e sociais de impostos a pagar comparativos do exercício de 2013 e apurar os possíveis impactos, se houver, no resultado do exercício de 2014 decorrentes de ajustes de exercícios anteriores.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****Comentário da Companhia**

Na opinião apontada pelos nossos auditores externos KPMG Auditores Independentes, os saldos patrimoniais relativos às obrigações fiscais e sociais de impostos a pagar foram ajustados em 31 de dezembro de 2014, ou seja, no que diz respeito ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e tão somente em relação a este período, o parecer dos auditores independentes não deveria conter ressalvas. No entanto como, na opinião dos auditores independentes, não foi possível apurar com exatidão os saldos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, razão pela qual a opinião àquela época foi emitida com ressalva, também não foi possível concluir sobre os possíveis impactos, se houver, sobre os saldos de obrigações fiscais e sociais de impostos a pagar comparativos do exercício de 2013 e apurar os possíveis impactos, se houver, no resultado do exercício de 2014 decorrentes de ajustes de exercícios anteriores.

Ainda, cumpre destacar que a Companhia continua realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais, de modo que, a qualquer momento, os resultados deste projeto de revisão poderão ocasionar na redução e/ou quitação do passivo tributário federal.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### a. Instrumentos financeiros

#### **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Hercules nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separadamente.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Hercules tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis.

### b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Clientes e Outros créditos.

#### **i. Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia “desreconhece” um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

#### **ii. Capital social**

##### *Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

##### *Ações preferenciais*

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

### c. Investimentos

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

O investimento em coligada está avaliado pelo método da equivalência patrimonial em contrapartida de conta de resultado operacional, exceto quanto às variações cambiais sobre investimentos no exterior, registrados na rubrica "Ajustes acumulados de conversão", no grupo de "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, para serem reconhecidas no resultado quando da baixa ou venda do investimento. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

**d. Ativo intangível****i. Reconhecimento inicial**

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

**ii. Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**iii. Amortização**

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o exercício corrente e comparativo é indefinida.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

**e. Redução ao valor recuperável (impairment)****i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

**ii. Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado**

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução do valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ao avaliar a perda por redução de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

### **iii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **f. Reserva de reavaliação**

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, da coligada, anteriores a 31 de dezembro de 2007.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação reflexa, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados.

### **g. Receita operacional**

#### **Royalties**

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties que representam sobre um percentual auferido pelas vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas, Hercules, Vetro, Hercules Porzellan, Hercules Dekò a receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

### **h. Despesas financeiras**

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre o saldo de conta de mútuo. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****i. Imposto de renda e contribuição social**

Não existem saldos de imposto de renda e de contribuição social correntes apurados para o exercício devido aos prejuízos fiscais apresentados. Como a Companhia encontra-se em fase de reestruturação, não é possível estimar com segurança os lucros tributáveis futuros, de modo que não são reconhecidos ativos fiscais diferidos.

**j. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

**k. Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

**l. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

Pronunciamentos, interpretações ou atualizações emitidos pelo IASB com aplicação após 1º de janeiro de 2014:

**Sale or Contribution of Assets between an Investor and its Associate or Joint Venture –** Em setembro de 2014, o IASB emitiu pequenas alterações nas IFRS 10 Consolidated Financial Statements e IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures (2011). As alterações referem-se a uma inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e a IAS 28 (2011), referente à venda ou a entrada de bens entre um investidor e sua coligada ou joint venture. A principal consequência das alterações é que um ganho ou perda total é reconhecido quando a transação envolve um negócio (se ele estiver alocado em uma filial ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando a transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016, este pronunciamento não produzirá efeito relevante nestas demonstrações financeiras.

**Equity Method in Separate Financial Statements –** Em agosto de 2014 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 27, que permite uma entidade a utilizar o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e coligadas em suas demonstrações contábeis separadas. O IASB esclarece que as alterações vão ajudar a algumas jurisdições a registrar em IFRS suas demonstrações contábeis individuais, reduzindo os custos de conformidade sem reduzir a informação disponível aos investidores. A adoção será requerida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação retroativa. Este pronunciamento não produzirá efeito relevante nestas demonstrações financeiras.

**Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations –** Em maio de 2014 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IFRS 11 - Joint Arrangements, que trata de alterações sobre como contabilizar a aquisição de uma participação em uma operação conjunta que constitui um negócio. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e não produziu efeito relevante nestas demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization – Em maio de 2014 o IASB emitiu atualizações aos pronunciamentos IAS 16 – Property, Plant and Equipment e IAS 38 – Intangible Assets, estabelecendo como métodos aceitáveis de depreciação e amortização de ativos o padrão esperado de consumo dos futuros benefícios econômicos de um ativo. O IASB esclarece que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo e também para medir o consumo dos benefícios econômicos incorporados a um ativo intangível, não são apropriados. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e não produziu efeito relevante nestas demonstrações contábeis. A Companhia está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers - Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes (exceto para os contratos que estão dentro do âmbito das normas de contrato de lease, contratos de seguros e instrumentos financeiros), e substitui os atuais pronunciamentos IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas ao reconhecimento de receitas. O princípio fundamental desse princípio para o reconhecimento de receita é o de descrever a transferência a clientes, dos bens ou dos serviços em valores que reflitam o pagamento ao qual se tem o direito na troca desses bens ou serviços. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2017 e não produzirá efeito relevante nestas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial instruments - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9 – Financial instruments, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Hercules está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia acredita que todos os procedimentos internos adotados são suficientes para garantir qualidade, confiabilidade e eficiência satisfatórias para elaboração adequada das demonstrações financeiras.

A administração, a partir da revisão feita no sistema de controle interno e dos procedimentos contábeis efetuados pelos auditores independentes, analisará todas as recomendações apontadas e no decorrer do exercício atual providenciará as devidas correções e adequações.

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

A administração da Companhia acredita que seus controles internos são suficientes para elaboração adequada das demonstrações contábeis.

**b) medidas adotadas para corrigir tais deficiências.**

A companhia com base nas melhores práticas, através de sua estrutura interna, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados seus sistemas de controles, com o objetivo de mitigar eventuais perdas que possam advir de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

A Companhia não realizou oferta pública de ações nos três últimos exercícios sociais.

**b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

**c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.



**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (offbalance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços iv. contratos de construção não terminada v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica a Companhia.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2014.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b) natureza e o propósito da operação; c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não há outros itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2014.